

Líderes tentam acordo sobre critérios para a modificação do orçamento

por Liliana Lavoratti
de Brasília

O líder do PMDB na Câmara, deputado Genebaldo Correia (BA), está propondo um acordo de lideranças partidárias para facilitar a tramitação do Orçamento Geral da União no Congresso. O total de 75 mil emendas apresentadas pelos parlamentares — quase cinco vezes mais do que o número alcançado ano passado — e a disputa política que já começa a ser travada entre os 123 membros da comissão mista de orçamento podem atrasar o trabalho no Legislativo.

A comissão mista tem até a próxima segunda-feira para definir os critérios que o Congresso vai seguir na alteração da proposta elaborada pelo Executivo. Entretanto, boa parte dos parlamentares não concorda com as restrições pretendidas pelo relator-geral, deputado João Alves (PFL-BA), e quer ampliar as possibilidades de mudar o projeto de lei do governo. "O bom senso vai determinar os parâmetros para a modificação do orçamento, mas não se pode permitir a destruição da proposta", ponderou Genebaldo. João Alves quer que os parlamentares se limitem a mexer em apenas Cr\$ 3 trilhões dos Cr\$ 52 trilhões do orçamento, correspondentes a 1% das despesas correntes e 2% das dotações para investimentos.

O vice-líder do PSDB na Câmara, deputado Paulo Hartung (ES), teme que a

comissão não consiga discutir o orçamento e tudo acabe sendo apreciado em plenário, como aconteceu com a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. José Genoíno, líder do PT, também compartilha esta preocupação, pois isso aumenta os poderes do relator-geral, justamente o que os partidos de oposição querem evitar.

Já o líder do PTB, deputado Gastone Righi (SP), defende que acima de qualquer coisa os parlamentares devem evitar o "festival de emendas" e fazer um orçamento em comum acordo com o Executivo. "Do contrário, o orçamento não será cumprido e os recursos não serão liberados", afirmou.

Mais de 60 emendas ao parecer preliminar do relator, que define as diretrizes para a tramitação do orçamento no Congresso, foram apresentadas, mas rejeitadas pelo relator-geral. O presidente da comissão, senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), ao contrário de João Alves, reconhece o direito dos parlamentares de emendar o parecer, com base na Resolução nº 1, de maio deste ano.

A Comissão Mista de Orçamento também precisa votar o anteprojeto de resolução de estrutura e funcionamento para viabilizar a infra-estrutura necessária. Essa decisão também está prevista para esta semana e dela depende a continuidade do trabalho na comissão, que recebeu até a madrugada de ontem 75 mil emendas ao orçamento de 1992.